

A RELAÇÃO ENTRE AGENTES DE DESENVOLVIMENTO E AGRICULTORES FAMILIARES: EXTENSÃO, COMUNICAÇÃO OU DIÁLOGO

Mário José HENCHEN¹
Campus Universitário de Altamira/UFPA
henchen@ufpa.br

Resumo: *O presente artigo faz um breve inventário teórico-analítico das posições e as relações dos agentes de desenvolvimento e agricultores familiares, na efetivação de programas de assessoria técnica para a agricultura familiar. Tais relações adquirem maior relevância porque são ações educativas, pedagógicas, isto é, são práticas sociais que, em grande medida, lançam as bases para a constituição de relações democráticas que pressupõem a alteridade, indispensável na efetivação de relações dialógicas, notadamente, entre os agentes de desenvolvimento, técnicos agrícolas e pesquisadores das ciências agrárias, de um lado e, de outro, agricultores familiares e suas organizações. O trabalho de pesquisa foi realizado a partir das experiências em programas de parcerias, por meio das percepções dos sujeitos envolvidos nos processos de formação política dos agricultores familiares. Por outro lado, existe a dificuldade de romper com relações de bases paternalistas, clientelistas, que definiram, por muito tempo, o perfil da relação entre estes atores sociais, nos programas de assessoria técnica à agricultura familiar.*

Palavras chaves: *Extensão rural. Comunicação rural. Agentes de desenvolvimento. Diálogo.*

Abstract: *The present article makes a brief theoretical/ analytical inventory of the positions and relationships of development agents and family farmers, in the accomplishment of programs of technical assistance for the family agriculture. Such relationships acquire larger relevance because they are educational actions, pedagogic, that is, they are social practices that, in great measure, throw the bases for the constitution of democratic relationships, those that presupposes the alterity, indispensable, in the accomplishment of dialogical relationships, especially, relationships among the development agents, agricultural technicians and researchers of the agrarian sciences on a side and, on the other, family farmers and their organizations. The research was accomplished from the experiences in programs of partnerships, starting from the perceptions of the subjects involved in the processes of the family farmers' political formation. On the other hand, the difficulty of breaking up with relationships*

¹ Cientista Social, professor do Campus Universitário de Altamira, mestre e doutorando em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais -IFCH/UFPA. henchen@ufpa.br

of paternalist bases exists, clients, that defined for a long time the profile of the relationship among these social actors, in the programs of technical assistance to the family agriculture.

Key words: *Rural extension. Rural communication. Development agents. Dialogue.*

1 A extensão rural e o espírito do melhoramento agrícola

De algumas décadas para cá, notadamente, dos anos 70, as relações entre agricultores e agentes de desenvolvimento têm recebido uma atenção analítica especial, em particular quando se tratam de ações ligadas à geração e transferência de tecnologias. Isso se tornou possível na medida em que pesquisadores de diversas áreas do conhecimento, voltados para questões agrárias, se propuseram a sair da pura pesquisa acadêmica, empreendendo novas formas de intervenção e novas metodologias de trabalho. Surgia aí a possibilidade de interrogação aos agentes de desenvolvimento e as suas metodologias de trabalho, desenvolvidas junto aos agricultores.

Esta análise das relações entre agentes de desenvolvimento, pesquisadores agrícolas e agricultores familiares parte do pressuposto de que existem diferentes formas de pensar a melhoria das práticas ou técnicas agrícolas, e sua utilização em relação aos mais variados contextos socioculturais. No entanto, a noção de que basta recolher e divulgar inovações tecnológicas surgidas em contextos agrícolas diversos, ainda hoje se faz presente, tanto nas práticas quanto nas políticas e metodologias de trabalho das mais variadas instituições de pesquisa ligadas à agricultura.

Neste sentido, dentre as várias interrogações feitas às práticas dos agentes do desenvolvimento e extensionistas, podemos destacar as de Klapper (1974) que, no início da década de 1970, já afirmava que a extensão agrícola concentrou, equivocadamente, suas ações na modernização tecnológica, sem levar em consideração a necessidade de transformação das estruturas agrárias. Assim, foram sendo implantados sucessivos programas nacionais de transferência de tecnologias, cuja finalidade era aumentar a produção e a produtividade. Não se abria, portanto, a possibilidade de mudança nas relações existentes entre os agentes econômicos, culturais, políticos, e os donos dos meios de produção; mas sim assegurava-se um reforço à dominação e à exploração já existentes na relação destes com os agricultores.

Neste sentido, partindo desta percepção acerca do agricultor familiar, o trabalho de extensão rural foi considerado como o de assistir

A população do campo na conquista de níveis mais satisfatórios de vida e promover adequadas oportunidades para o efetivo desenvolvimento, físico, mental, social, cultural e espiritual dos agricultores. Dentro deste marco filosófico, a missão principal do extensionista era a da assistência, em que o agente técnico atuava com uma certa visão de si mesmo na condição de emancipador e benfeitor dos agricultores.

A análise centrada unicamente nas características da técnica considera esta, segundo Rosenberg (1982), como um objeto criado pela investigação agrônômica, que, posteriormente, pode ser transferida e incorporada de diferentes modos pelos agricultores, neste caso, clientes passivos do processo de inovação. Esse objeto técnico, portanto, produto exclusivo do conhecimento científico, se revelaria como uma caixa preta inalterada ao longo do processo de difusão² e no qual suas próprias qualidades definiriam o êxito ou o fracasso da missão do técnico. Essa visão da difusão de tecnologias não considera o fato de que a inovação se constitui, ela própria, em um processo em que os atores envolvidos modificam e (re)interpretam o próprio objeto técnico, processo no qual se confrontam também as percepções e os interesses dos atores, levando estes a se posicionarem vem frente da inovação.

Neste caso, segundo o autor, dever-se-ia levar em consideração que os agentes sociais implementam ações estratégicas³ e técnicas, por meio das quais elaboram novos marcos de referências e se adaptam a eles, em que estes mesmos agentes manipulam, modificam, (re)criam o objeto técnico em função de sua capacidade e da necessidade de negociação, de seu conhecimento anterior, de suas informações, suas percepções de mundo e seus interesses.

² A difusão é aqui entendida como processo pelo qual uma informação, opinião, comportamento, prática, inovação, etc. se propaga em um dado momento histórico e para um determinado conjunto da população. A difusão é condicionada por fatores sociais, tais como: ideologia, cultura, economia, religião, conhecimento, política, etc. A difusão, no entanto, tem um duplo sentido: um emissor difunde algo – ele faz difusão – e este algo é difundido num processo de difusão, portanto, difusão é emissão e difusão é um processo já anterior e, ao mesmo tempo, exterior ao emitente (HENCHEN, 2002).

³ A estratégia não é produto de um programa inconsciente nem de um cálculo consciente e racional, mas, antes de tudo, ela é o produto do senso prático como sentido do jogo social, de um jogo social particular, historicamente definido e supõe uma invenção permanente e indispensável para se adaptar às situações indefinidamente variáveis. Ela é, portanto, produto do senso prático, da habilidade para retirar o maior proveito daquilo de que se dispõe. Devemos, no entanto, ter sempre presente que o ator social que realiza suas escolhas é um ator socializado e que não decide em termos individuais ou espontâneos (BOURDIEU, 1990).

1.1 Da extensão à comunicação rural: um avanço sem rupturas no modelo de intervenção

Dentre as análises do processo de extensionismo, destaca-se a análise feita por Freire (1977) ao avaliar o modelo de intervenção na agricultura, colocado em prática por equipes de extensão rural no Brasil e no Chile, no final dos anos 60 e início dos anos 70. Sobre este aspecto, ele sugere que a falta de resultados mais profundos, em se tratando da intervenção na agricultura, no melhor dos casos, pode ser atribuída a uma visão ingênua da realidade e, no caso mais comum, a um sentido de superioridade, de dominação com que o técnico enfrenta o camponês inserido em uma estrutura agrária tradicional. Acentua ele, portanto, a existência de relações de poder entre técnicos e agricultores, no momento em que evidencia o sentimento de superioridade com que o técnico enfrenta o agricultor.

Segundo ele, o próprio conteúdo semântico do conceito de extensão é sintomático do modelo da relação entre técnico e agricultor, já que extensão significa a ação ou ato de estender algo “a” ou “até” alguém. Neste caso, do ponto de vista dos técnicos, estender o seu conhecimento, as suas técnicas aos agricultores. Esse modelo se desenvolve porque o tipo de relações estruturais, rígidas e verticais, não possibilita o espaço para o diálogo, mas para a demarcação da distância social¹, e, notadamente, do lugar social dos indivíduos.

Diante destas constatações, o autor assegura que o diálogo somente acontece em uma situação de relação em que o significado passe a ter a mesma significação para técnicos e agricultores, e isso só se daria na comunicação e na intercomunicação dos sujeitos pensantes a propósito do pensado, e nunca por meio da extensão do produto pensado de um sujeito até o outro. O termo relação indicaria, neste caso, o próprio homem em frente do mundo, como um ser do trabalho, da ação, com a qual modifica as relações sociais e, neste sentido, a relação se distingue do simples contato entre indivíduos.

Podemos destacar também a contribuição de Friedrich (1988) que, ao comentar sobre os pesquisadores dos processos de comunicação entre técnicos e agricultores, afirma que praticamente não existe a

¹ A distância social é o intervalo maior ou menor que separa, no espaço social, as posições de dois ou mais indivíduos que se encontram ou pertencem a diferentes grupos ou classes sociais (BOURDIEU, 1990).

preocupação em se questionar a posição e o interesse de quem comunica, nem o contexto em que se produz a comunicação, ou a preocupação em relacioná-la com conteúdos, procedimentos, fatos e efeitos que a originam e a determinam. Atribui-se, segundo ele, pouca ou nenhuma importância aos valores, aos comportamentos, às idéias e aos conceitos, fruto da experiência adquirida pelos agricultores na sua ação sobre a natureza e a sua realidade sociocultural, ignorando-se que o acervo de conhecimentos gerados a partir das experiências de outros seres humanos só se adquire num processo de interação ou relacionamento entre estes, mediante uma real comunicação ou diálogo entre sujeitos.

Mas, se a intenção era a de informar – informar no sentido de levar alguma novidade “a” ou “até” alguém –, é justificável a ênfase dada aos meios, ao material visual, às técnicas utilizadas, porque, com raras exceções, acreditava-se que com os mais variados auxílios técnicos e com a utilização dos melhores recursos fosse, enfim, possível alcançar melhores resultados na transferência de tecnologias. A comunicação tem, assim, o sentido do desejo ou da vontade de mudar a conduta do outro.

A questão central aqui diz respeito ao fato de que os meios de comunicação só adquirem relevância dentro de determinadas concepções de geração ou transferência de tecnologias. Se a convicção é a de que os conhecimentos, os valores, as condutas e as atitudes podem ser transmitidas como coisas, como objetos materiais, de um lugar para outro, é que se justificaria a ênfase dada aos meios, às técnicas ou aos mecanismos de transmissão de informações, de conhecimentos. Outro equívoco, segundo ele, bastante sintomático, diz respeito à busca dos “verdadeiros líderes” dos agricultores para com estes estabelecer uma comunicação, cujo objetivo é reduzir a distância econômica e social entre os membros da comunidade. Essa prática se mostrou equivocada, pois a suposição de que por meio dos líderes chegar-se-ia a difundir novos conhecimentos, novas condutas ou atitudes ao resto dos membros da comunidade parece estar suficientemente desmentida pela prática, e, cientificamente negada do ponto de vista sociológico.

Neste sentido, em se tratando da liderança, seja esta autoritária ou democrática, formal ou informal, líder de opinião ou apelidado de outra forma, o é em função de seu poder, isto é, de um conjunto de relações sociais que lhe asseguram certo poder sobre o grupo, manifesto ou latente. Em maior ou menor grau, o líder representa ou mesmo incorpora o conjunto estruturado dos valores do sistema ao qual seus seguidores estão aderindo e, como em geral, o poder do líder emana de seu maior acervo

de informações ou do conhecimento da engrenagem social, e qualquer incremento que se lhe proporcione neste sentido serviria, primeiramente, para afirmá-lo ainda mais em sua posição de líder.

Neste sentido, repartir informações seria o mesmo que repartir o poder, ao que, em geral, não estaria o líder disposto, sabedor este de que essa partilha colocaria em xeque sua posição social e, portanto, sua condição de líder. Por isso, nem mesmo as informações tecnológicas terão grandes chances de serem multiplicadas pelo líder, ao menos que, e somente à medida que não afetem de forma alguma seu poder e seu prestígio na relação com o grupo e com outros atores sociais⁵ em geral.

1.2 Novos atores entram no processo comunicativo: a possibilidade de mudanças na relação entre técnicos, pesquisadores e agricultores

Neste caso, a entrada de novos agentes neste processo comunicativo possibilita interrogações quanto à eficácia ou à eficiência dos processos adotados para a geração e transferência de tecnologia e, por conseguinte, ao modelo de extensão rural. Pois que, em meados da década de 80, verifica-se uma ruptura mais abrangente com o modelo de extensão rural até então vigente. Entre os marcos que demonstram, segundo Sousa (1987), a ruptura em curso com o modelo utilizado até então, encontra-se a busca do não-afastamento entre o saber acadêmico e o saber popular, e a abertura para a consideração dos agricultores não mais como receptores passivos, mas como pessoas ativas que têm uma prática e um dizer na questão da ciência e da tecnologia para a agropecuária; em outras palavras, os agricultores passam a ser percebidos como atores sociais.

Estaria, portanto, segundo ele, desenhado um cenário em que o agricultor emerge e ganha visibilidade social, passando a ser reconhecido como alguém que tem algo a dizer sobre tecnologia, dizer este que se constitui como resultado de uma prática, de um fazer, isto é, de uma trajetória social⁶, e que se evidencia, tanto para os agentes de

⁵ O ator social não é aquele que age em conformidade com o lugar que ocupa na organização social, na sociedade, mas aquele que, por meio de suas ações, modifica o meio ambiente natural e, sobretudo social, no qual está inserido; modificando a divisão do trabalho, as relações de dominação e mesmo as orientações culturais (TOURAINÉ, 1994).

⁶ A noção de trajetória pode ser considerada uma generalização da noção de posições, à qual ela empresta uma dimensão temporal. Neste sentido, uma trajetória é uma sucessão de posições ocupadas num espaço construído, espaço este que é também afetado por transformações regulares (PINTO, 2000).

desenvolvimento quanto para o pesquisador, ser de extrema importância, porque potencializa as chances de êxito do trabalho de transferência de tecnologias.

O debate em relação à extensão rural continua evoluindo, e, neste sentido, Rodrigues (1985) chama a atenção para o fato de que a pesquisa deveria partir da observação atenta da realidade em que se identificam os sistemas de produção e reprodução social usados pelo agricultor, e de uma série de variáveis de ordem social, política, econômica e cultural, que intervêm diretamente na produção. Concluindo que se fazia necessário observar atentamente a realidade em que o agricultor estava inserido.

Aos poucos, a percepção da necessidade de que fosse (re)dimensionado o sistema de extensão rural ganha força e desenha-se então, neste cenário, ainda que de forma embrionária, a possibilidade de romper com a histórica afirmação da desigualdade, característica da relação até então existente em se tratando da difusão de tecnologias. A relação entre estes agentes de desenvolvimento e agricultores pode, ainda que de forma limitada, ser agora repensada a partir da proposta metodológica desenvolvida no Sistema de Convivência.

No Sistema de Convivência, como enfatizam Oliveira&Cavalcanti (1984), a convivência é considerada como requisito essencial para as trocas de experiências entre os técnicos e os produtores, levando-os, no dia-a-dia, a definirem prioridades, avaliar resultados, (re)programar ações, porque a característica essencial nele contida é a possibilidade de criação de um espaço para a troca de experiências entre técnicos, pesquisadores e agricultores, para a definição conjunta das prioridades de pesquisa ou intervenção, da avaliação dos resultados e da programação das atividades a serem desenvolvidas conjuntamente.

Neste caso, o conhecimento gerado a partir da convivência deveria ser fruto do diálogo que emergiria de situações reais dos produtores rurais e onde estaria presente a percepção destes mesmos atores sociais sobre a necessidade de um espaço para a troca de experiências, e não mais um espaço para a demonstração do conhecimento acadêmico do técnico ou pesquisador. Outro aspecto central contemplado nesta proposta é a idéia de que os agricultores, como indivíduos, têm diversas formas de ver as coisas, têm interesses diversos e objetivos por vezes até mesmo conflitantes, percebendo-se, portanto, a necessidade de favorecer a discussão desses interesses para aumentar as condições de possibilidade de êxito do processo de extensão rural e da assistência técnica.

Portanto, da prática e do debate sobre essa prática emergem, aos poucos, novas propostas, que, por sua vez, informam novas formas de relações entre agentes de desenvolvimento, pesquisadores e agricultores. Surge então a possibilidade da constituição de novas formas de intervenção na realidade, novas relações entre os atores envolvidos nestes projetos, formas essas que abrem, aos poucos, um espaço para o diálogo entre agentes de desenvolvimento e agricultores familiares.

Este debate desenvolvido em torno da extensão atingiu também a prática de pesquisa, em especial, mas não exclusivamente, a pesquisa junto aos agricultores familiares. As experiências realizadas nos países em desenvolvimento têm alimentado este debate a partir de diversas metodologias conhecidas como Pesquisa-participativa, Pesquisa-formação-desenvolvimento e Pesquisa-ação. Embora diversificadas nas suas abordagens, o que não caberia discutir aqui, estas metodologias têm alguns pontos em comum que mereceriam observações cuidadosas.

Farrington&Martin (1993), estabelecendo um quadro com as características conceituais das principais abordagens em pesquisa participativa na agricultura e sobre o que deveria caracterizar as relações entre agricultores e pesquisadores, apresentam duas questões pertinentes sobre os respectivos modelos: curiosidade honesta por parte dos pesquisadores, e, parceria em condição de igualdade entre agricultores e pesquisadores. Necessita-se, portanto, segundo eles, de tempo para ganhar a confiança do agricultor, para que este possa decidir se e como ele deseja continuar os experimentos. É preciso também a flexibilidade do planejamento das atividades, consultar o agricultor, ao longo do processo de pesquisa, e mudar o modelo quando necessário.

As questões relativas ao diálogo entre agricultores e pesquisadores, apresentadas pelos autores acima referidos, serão retomadas, seguidamente, por pesquisadores cujo objeto de análise envolve estas relações. De certa forma, estavam lançadas as bases para o repensar das relações que envolvem estes atores sociais quando da efetivação de ações conjuntas, notadamente, ações discutidas dentro de programas de parcerias entre agentes de desenvolvimento e agricultores e suas organizações.

1.3 O diálogo como forma de relação entre agentes de desenvolvimento, agricultores e pesquisadores

Em se tratando do debate sobre o diálogo entre atores sociais diversos, notadamente quando estes se propõem constituir relações de

cooperação, de parceria, são significativas as contribuições de Duarte (1999), que define o diálogo como a capacidade de se dirigir e de responder ao outro como igual, para com ele estabelecer uma relação. Aqui reside uma questão fundamental, pois o autor fala de estabelecer relações e não apenas contatos. Desta perspectiva, o diálogo supõe e impõe um esforço e o desejo de completa reciprocidade, e a reciprocidade supõe a semelhança e a diferença, assim a alteridade é a condição relacional do homem nesta relação.

Por outro lado, na construção de relações dialógicas entre pesquisadores e agricultores, a visão que se tem do outro também pode se constituir em um fator limitante na construção deste espaço necessário para o diálogo, porque, ainda hoje, muitos pesquisadores de formação acadêmica técnica muitas vezes são levados a perceber os agricultores, e em particular os agricultores familiares, como seres indefesos, frágeis, desprovidos dos conhecimentos necessários para entender o funcionamento do sistema de produção e reprodução social, a mercê dos políticos e dos atravessadores, sem capacidade de planejamento, de gestão, etc. Vistos desta perspectiva, os agricultores e suas lideranças dificilmente estariam em condições de estabelecer relações de diálogo com os pesquisadores, pois não estariam preparados para ocuparem um espaço em condições de igualdade.

Além destes complicadores nas relações entre pesquisadores e agricultores, Schaff (1966), ao se referir ao processo de comunicação que, por extensão, se aplicaria ao processo de diálogo, acentua o fato de que ao considerarmos o aspecto do diálogo, deveremos admitir dois tipos distintos deste: um que está enraizado em significados, e outro cujo conteúdo são as convicções. Nesta última, para além da compreensão significativa dos signos, há ainda o problema da adesão ou não à convicção expressa por um dos sujeitos sociais.

Neste caso, a adesão às convicções dos sujeitos pode se tornar um complicador nas relações de diálogo, porque, dependendo das condições da comunicação – pois estas podem ser estabelecidas como relações de poder – os grupos podem não ter interesse objetivo em expressar suas convicções, principalmente se julgarem que estas podem causar algum tipo de constrangimento ao parceiro, ou se imaginarem que tais convicções limitam as chances de estabelecer relações de diálogo. Pode acontecer também que um dos atores sociais presentes na relação não demonstre interesse em partilhar das convicções do outro, em especial, das convicções religiosas, filosóficas, políticas e ideológicas.

Por outro lado, Bourdieu (1990), ao falar sobre as convicções dos agentes sociais, lembra-nos que o fato de se pertencer a uma categoria social ou grupo profissional exerce um efeito de censura que vai muito além das coações institucionais e pessoais. Isso acontece, segundo ele, porque há questões que não são colocadas, que não devem ser colocadas, porque tocam nas crenças fundamentais que estão na base das práticas sociais. Temos, portanto, dois elementos complicadores das relações, que são as convicções e as crenças dos atores ou agentes sociais. Desta forma, nas situações em que a relação fica comprometida em função das diferentes convicções dos atores sociais, supõe-se que esta não evolui para relações de diálogo, porque este pressupõe a interrogação das convicções dos outros com os quais se pretende dialogar, pois o ato da interrogação, que institui ou define uma demanda para a ação conjunta, deve autorizar e encorajar a explicitação das intenções dos parceiros, e, portanto, é uma situação de exposição de ambos os parceiros à interrogação.

Mas, ao analisarmos as relações sociais, devemos considerar que o essencial daquilo que se passa no processo de comunicação não está na comunicação em si mesma, mas nas condições sociais que possibilitam a comunicação. Portanto, a utilização de certas palavras de efeito, a escolha dos melhores meios, equipamentos e técnicas disponíveis serão de pouca utilidade e eficácia se não levarmos em consideração as condições e estruturas sociais que possibilitam a comunicação.

A análise sobre a construção de um espaço social possível na efetivação de relações de diálogo entre atores sociais distintos, quando estes se dispõem a trabalhar conjuntamente, deve levar em consideração algumas contribuições extremamente pertinentes feitas por autores que oferecem importantes elementos para a análise que emergem da reflexão sobre suas próprias ações como pesquisadores, e que são significativas porque, embora construídas a partir de olhares diferentes, convergem, no sentido de serem fruto de questionamentos que esses próprios autores sugerem, como subsídio aos agentes sociais que se propõem a discutir a qualidade de suas intervenções junto aos agricultores.

O que estas contribuições apresentam de significativo é o fato de não serem reflexões puramente teóricas ou abstratas, mas refletem, sobretudo, situações concretas, e, diferentemente de outros autores, estes apresentam como pressuposto do diálogo a existência social de relações democráticas. D'Incao&Roy (1995) insistem no fato de que não é necessário supor que o diálogo só se tornaria possível entre iguais, porque ele acontece, precisamente, entre atores sociais diferentes. Neste caso, é

necessário, como condição para que ele ocorra, um ponto de unidade que seria o acreditar ao menos nas possibilidades renovadoras das relações democráticas, e estas relações democráticas seriam asseguradas pelo encontro de pessoas autônomas, iguais, porém no direito de se expressar livremente, portanto dispostas a reconhecerem aos outros esse mesmo direito de livre expressão.

A questão principal manifesta na posição destes autores diz respeito ao reconhecimento do direito aos outros de se expressarem livremente não ser entendido como uma concessão, um favor, de um dos parceiros, como uma espécie de estratégia de condescendência⁷, porque isto, por si só, colocaria o outro em situação de inferioridade, de dependência, de subordinação, reduzindo-se ou mesmo eliminando-se a possibilidade da construção de um espaço de relações dialógicas.

Em função disso, no encontro de pessoas autônomas, D'Incao&Roy (1995) distinguem três níveis de liberdade: a) a autonomia das pessoas, visando a que cada uma se considere livre em suas relações com as outras; b) o encontro dessas pessoas no reconhecimento desta autonomia e, c) a aceitação, em comum, da submissão às regras garantidoras do exercício dessa liberdade, isto é, a submissão à lei democrática. Neste caso, estes atores ou agentes sociais estariam, portanto, em situação de igualdade como interlocutores, em que saber escutar os outros, respeitar as suas opiniões e pontos de vista favoreceria a construção do espaço para o diálogo entre os parceiros.

A única submissão admitida é a aceitação em comum das regras que garantem o exercício dessa liberdade, isto é, a submissão à lei democrática. Essa submissão às regras democráticas asseguraria que a expressão do ponto de vista diferente do outro não seria mais considerado como um pecado contra a causa, uma traição, porque nesta situação ambos teriam igual liberdade de se exprimir livremente, igual direito à interrogação ao parceiro na relação, e seria assim um debate regido por uma lei comum.

⁷ As estratégias de condescendência são situações por meio das quais os agentes que ocupam uma posição superior em uma das hierarquias do espaço social objetivo negam simbolicamente a distância social, que nem por isso deixa de existir, garantindo assim as vantagens do reconhecimento concedido a uma denegação puramente simbólica da distância que implica o reconhecimento desta distância social real. Pode-se assim, usar as distâncias objetivas de maneira a manter as vantagens da proximidade e as vantagens da distância, isto é, a distância e o reconhecimento da distância assegurado pela denegação ou recusa simbólica da distância (BOURDIEU, 1990).

Por outro lado, e em se tratando de grupos distintos que se propõem efetivar ações conjuntas, enfatizam os autores que devemos ter presente o fato de que os seres humanos têm projetos e idéias diferentes, razão pela qual é preciso respeitar a liberdade de expressão de cada um na sua diferença, para que essa união possa existir. Essas diferenças reconhecidas pelos atores permitem que o diálogo aconteça na sua forma mais profunda: na relação democrática. Assim, os atores que se propõem dialogar terão, necessariamente, que tomar decisões que informarão os rumos do diálogo; deverão ter o cuidado de criar condições propícias para as tomadas de decisões, pois, são as condições nas quais são tomadas as decisões que importam, uma vez que tomadas em más condições elas trazem em si sua própria desventura.

A construção de condições que possibilitam as tomadas de decisões requer, da parte dos parceiros, uma clareza de que se faz necessário assegurar as regras do debate coletivo do projeto, de modo que, suficientemente criticado, ele possa emergir, modificado, como projeto da expressão coletiva, e no qual a idéia de colaboração substitui a de ajuda de um dos parceiros ao outro, porque a ajuda, queira-se ou não, pressupõe uma certa dependência, uma certa inferioridade e, acima de tudo, um certo favorecimento, e requer uma contrapartida, recriando, portanto, a dependência e a submissão que se pretendia eliminar como condição da efetivação do diálogo.

Acentuam eles ainda que, de certa forma, o sucesso do programa de parceria depende da capacidade que os agentes do projeto – pesquisadores, agricultores e sindicalistas – tiverem, por um lado, de assegurar a participação das bases – os agricultores familiares – em suas diferentes iniciativas de ordem prática e, por outro, de incorporar os resultados dessas iniciativas, a curto ou médio prazo, nas estratégias de luta sindical pelo desenvolvimento desses mesmos agricultores ou da agricultura familiar na Amazônia como um todo.

Por isto, faz-se necessário considerar o fato de que esses programas de cooperação, de parcerias, são efetivados em um espaço onde havia anteriormente relações constituídas entre estes agricultores, estas lideranças sindicais e suas bases de sustentação e que, com a chegada de técnicos e pesquisadores, essa configuração anterior é agora (re)situada, quer dizer, deve ser agora negociada em outras bases.

Quando fazem referência aos programas de parcerias, falam em interação referindo-se às condições do trabalho conjunto de pesquisadores, agricultores e sindicalistas no interior da intervenção programada junto

aos agricultores e acentua que, na sua avaliação, este parece ser o caminho por excelência da produção do conhecimento novo que deverá substituir o das práticas extensionistas convencionais no trabalho de assessoria ao desenvolvimento dos agricultores familiares. Esse conhecimento, segundo eles, seria resultante do encontro de saberes dos diferentes atores em relação, só possível pelo caminho da prática.

Essa nova forma de produzir conhecimento é importante, segundo eles, porque se contraporia àquela forma convencional que apenas informa quando muito, uma prática política autoritária, porque por omissão se informa, embora menos, mas uma omissão plena de significados. Neste caso, a pesquisa estaria legitimando a prática estatal das políticas definidas à revelia dos interesses específicos dos agricultores e, conseqüentemente, de sua participação. Existe, porém, o risco de serem recriadas no seio dos programas de parcerias, as práticas autoritárias, e de que, mesmo apesar de todo o esforço empreendido, não se consiga evoluir para práticas de assessoria ao desenvolvimento, construídas no dia-a-dia, de relações democráticas com estes agricultores e a partir do reconhecimento de suas especificidades ou racionalidades.

Por outro lado, Hébette (1996) lembra que estes atores ou agentes sociais, agora parceiros, falam a partir de lugares sociais diferentes, e tomam as suas posições em referência a estes lugares diferentes. Assim ter-se-ia um diálogo elaborado a partir de uma certa visão de mundo. Encontramos aí uma série de fatores que podem contribuir para limitar as chances de diálogo, ou até mesmo bloqueá-lo. A parceria entre atores sociais deveria contemplar, neste sentido, um diálogo como forma de relação entre grupos sociais ou categorias que se situam de formas diferentes na sociedade, mas que se propõe a discutir formas negociadas de intervenção na realidade, objetivando o desenvolvimento de ações na região.

Em relação às possibilidades e aos limites para se avançar na consolidação de relações dialógicas entre atores sociais diversos, faz-se necessário perceber, segundo ele, que os interesses em comum, que são as bases do grupo ou da classe e que não excluem competição, tensões e conflitos internos, servem para moldar universos de convivência e de comportamento muito diversos e, às vezes, até mesmo contrastantes, e que o desconhecimento ou a não consideração deste fato pode dificultar as relações entre os atores sociais que tentam construir o diálogo na condição de parceiros em um programa de pesquisa.

Comentando acerca de como os agentes ou atores envolvidos no processo de diálogo percebem-se ou são percebidos nestas relações,

o referido autor afirma que, independentemente da sua vontade, os pesquisadores, em geral, são percebidos ou definidos pelos agricultores como detentores de soluções que são a chave para a resolução de problemas que os afligem. Muitas vezes, porém, os próprios pesquisadores sentem-se confortáveis com a perspectiva de que sejam imaginados ou percebidos como detentores de saberes e de conhecimentos que funcionariam como remédio no tratamento de problemas ligados às atividades dos agricultores, e, desta forma, acabam contribuindo para reproduzir a imagem que os agricultores têm sobre eles.

Neste caso, acredito, a diferença nas posições adotadas entre Hébette (1996) e D'Incao&Roy (1995), se evidencia, de certa forma, em se tratando da visão sobre a necessidade ou a decisão em relação à intervenção junto às equipes que se propõem colocar em prática projetos coletivos. Por seu lado, o primeiro assume claramente uma postura de incentivador da intervenção, porém, de uma forma de intervenção dialogada, negociada entre os atores sociais, em que o pesquisador participa, interroga e é interrogado pelos parceiros na elaboração e na definição das ações conjuntas; enquanto que a segunda propõe uma postura de não-intervenção direta, uma não intervenção que acaba sendo, segundo a autora, uma contribuição ao processo de diálogo entre os atores envolvidos na ação conjunta.

A primeira proposta – a da intervenção dialogada, negociada – apresenta, acreditamos, algumas limitações que precisam ser superadas. Uma delas diz respeito à possibilidade de se manter um distanciamento necessário que possibilitaria ao pesquisador vencer o desejo de trocar de lugar com outros atores sociais presentes no diálogo. É, segundo estes, faz-se necessário superar o desejo dos pesquisadores ou técnicos em ocuparem a cadeira vazia do chefe, assumindo uma posição privilegiada que a sua formação profissional lhe possibilita, mas que seria prejudicial ao diálogo e anularia a possibilidade de construção de relações democráticas entre os atores envolvidos na parceria.

Já a segunda proposta – a da não intervenção direta – parece dar pouca atenção ao fato de que, mesmo em não se intervindo diretamente na situação de diálogo propriamente dita, a simples presença que interroga as práticas dos atores sociais presentes, por si só, já se constitui em intervenção, porque essa presença promove uma (re)visão das posições assumidas na situação de diálogo.

Por sua vez, Muchagata (1994), assegura que tais diferenças, e dentre estas as diferenças culturais e institucionais, informam, por assim dizer,

os lugares e as posições sociais ocupadas pelos atores na sociedade. Atores estes que levam, para as relações com os parceiros, suas expectativas como atores ou agentes sociais com visões de mundo diversas. Aponta a autora, uma série de dificuldades encontradas na construção do diálogo entre os pesquisadores e os agricultores organizados. Chama nossa atenção ao enfatizar que talvez mais do que a adequação ou não à realidade regional, o que bloqueia os pesquisadores pode ser a percepção dos agricultores que os relegavam ao restrito papel de médicos, que deveriam dar suas consultas da mesma maneira que simples prestadores de serviços, preocupados apenas em aspectos técnicos, e não os viam como verdadeiros colaboradores, capazes de participar ativamente do seu desenvolvimento.

Essa visão que se tem do outro se constitui em um dos fatores limitantes na construção de um espaço social de relações de diálogo entre agricultores e pesquisadores, pois, tratando-se das necessidades ou demandas de pesquisas sugeridas pelos agricultores, a autora acredita que as questões levantadas pelos parceiros são lançadas em relação à visão que eles têm sobre as competências e as funções de seus parceiros, e que recusar-se a dar prosseguimento a uma demanda seria bloquear a relação e perder uma excelente ocasião de conhecer melhor esta percepção do parceiro. Desta mesma perspectiva, os pesquisadores também lançam ou colocam as suas questões em função da sua visão de mundo, da visão de ciência e da visão que têm sobre os agricultores. Necessitariam estes, portanto, não somente interrogar os parceiros, mas interrogarem-se a si mesmos sobre seus pontos de vista acerca dos agricultores.

Considerações Finais

Parece ficar clara a necessidade de que cada um dos parceiros interogue-se sobre como o Eu percebe o Outro na relação de diálogo dentro da parceria. Por outro lado, a pesquisa têm, em grande medida, funcionado em parte como se este espaço para o diálogo já existisse, enquanto que, na realidade, ele se constitui em um objetivo a ser buscado e constituído permanentemente. E, como as relações sociais são coisas que se fazem e (re)fazem a partir de um trabalho de mobilização, de barganha, de negociação, de regateio, de mediação, devemos estar atentos para o fato de que não existe nenhuma chance de se decretar diálogo, isto é, de perceber que ele, o diálogo, precisa ser construído a partir de relações de alteridade, em que ambos os parceiros estão autorizados a colocar demandas, a levantar questionamento, a fazer interrogações.

A constituição de um espaço de relações sociais com base no diálogo, requer, da parte dos parceiros, uma tomada de posição, porque supõe a conciliação provisória e renovada de interesses distintos e até mesmo conflitantes, cuja defesa deverá ser permanentemente buscada pelos parceiros, fazendo-se necessário o reconhecimento da diferença de interesses e a compreensão de que a relação de parceria envolve níveis de relações pessoais e interpessoais com objetivos e estratégias distintas. E estas estratégias são definidas por situações e posições sociais, econômicas, políticas, religiosas e culturais de cada um dos atores, grupos ou instituições presentes ou envolvidas na parceria.

Por outro lado, a análise necessária para a elaboração de um programa de parceria com base em relações dialógicas deve considerar que uma parceria envolve relações complexas nas tomadas de decisões. Decisões estas que visam a mudar a realidade, sendo esta realidade múltipla e composta por diferentes percepções culturais, por diversos interesses sociais em jogo, e que, de certa forma, constituiu-se, como realidade social, a partir das lutas sociais e políticas que evidenciam, nas relações, quer de cooperação ou conflito, as posições dos atores presentes em tal realidade.

A participação dos atores sociais é fruto da negociação, da barganha, e, no limite, não existe uma única forma adequada de participar. Mas é, sobretudo, a forma de conduzir o processo de diálogo que define as chances e os limites deste, porque, tanto nas situações de parceria quanto nas relações sociais em geral, as regras do jogo social não devem ser definidos como uma espécie de decreto-lei, como, aliás, acontece na maioria das vezes entre compradores e vendedores de força de trabalho e que são, não por acaso, a base dos diversos programas de assessoria estatal, quando estes concebem os agricultores familiares como estando na situação de clientes de seus serviços de reforma agrária, de assessoria técnica.

Nas relações entre os parceiros, por certo, as regras do jogo democrático só se constituirão em regras observadas por todos se forem negociadas entre os atores sociais presentes e em relação, e se, por assim dizer, expressarem a necessária cumplicidade entre parceiros. É isto que possibilita o acordo coletivo entre grupos ou sujeitos distintos, cuja finalidade poderá criar as condições de possibilidade para mudar a realidade social, isto é, o conjunto das realizações dos seres humanos.

REFERÊNCIAS

- BOURDIEU, P. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- D'INCAO, M. C. & ROY, G. **Nós cidadãos: aprendendo e ensinando a democracia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- DUARTE, J. C. (Org). **Polis: Enciclopédia Verbo de Sociedade e do Estado**. Lisboa: Editorial Verbo, 1999.
- FARRINGTON, J. & MARTIN, A. **Farmer Participation in Agricultural Research: a review of concepts and practices**. London: ODI/Ocasional Paper, 1988.
- FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- FRIEDRICH, O. A. **Comunicação rural: proposição crítica de uma nova concepção**. 2ª. ed. Brasília: EMBRATER, 1988.
- HÉBETTE, J. A relação pesquisadores: agricultores. Diálogo, parceria, aliança? Uma análise estrutural. *In: Agricultura Familiar: Pesquisa-Formação-Desenvolvimento*. v. 1, n.º. 1. Belém: UFPA/CAP/NEAF, 1996.
- HENCHEN, M. J. **O diálogo como relação entre agricultores e pesquisadores: a experiência do PAET na Transamazônica**. Belém: UFPA, 2002.
- KLAPPER, J. **Efectos de la comunicacion de massas**. Madrid: AGUILAR, 1974.
- MUCHAGATA, M. G. A construção do diálogo entre pesquisadores e agricultores através da experiência do CAT (Centro Agroambiental do Tocantins) em Marabá/ PA. Laboratório Sócio-Agrônomo do Tocantins, LASAT/CAT. *In: Recherches-système en agriculture et développement rural*. Sympósium Internacional. Montpellier, France, 1994.
- OLIVEIRA, M. M. & CAVALCANTI, C. P. B. O "sistema de convivência" como processo de trabalho extensionista. **Cadernos de difusão de tecnologia**. v. 1, n.º. 2. Brasília: EMBRAPA, 1984.
- PINTO, L. **Pierre Bourdieu e a teoria do mundo social**. Rio de Janeiro: FGV, 2000.
- RODRIGUES, C. M. Difusão de tecnologia: uma abordagem além do circuito tecnológico. **Cadernos de difusão de tecnologia**. v. 2, n.º. 2. Brasília: EMBRAPA, 1985.

ROSEMBERG, N. **Inside the Black Box**. Cambridge: Cambridge University Press, 1982.

SCHAFF, A. **Introducion a la Semantica**. México: Fondo de Cultura Económica, 1996.

SOUSA, I. S. F. de. Difusão de tecnologia para o setor agropecuário: a experiência brasileira. **Cadernos de difusão de tecnologia**. v. 4, n.º. 2. Brasília: EMBRAPA, 1987.

TOURAINE, Alain. **Crítica da modernidade**. Petrópolis: Vozes, 1984.